



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681295 - SP (2021/0226018-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GREGÓRIO GIACOMO ERRICO - RJ231941  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EMERSON BRAZ DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON BRAZ DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2139730-60.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 17/3/2021 pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06, tendo sido apreendida em sua residência a quantidade de 25g de maconha e 38g de cocaína. Foi decretada sua prisão preventiva. Impetrado *habeas corpus* junto ao Tribunal de origem visando o trancamento do processo ou, subsidiariamente, a revogação da preventiva, a ordem foi denegada.

Sustenta a impetrante que a prova colhida nos autos é ilícita, ante a violação do domicílio do paciente, por ausência de autorização judicial ou elementos concretos que evidenciem qualquer situação de flagrante delito. Aponta que não houve comprovação pelos policiais militares, seja de forma escrita ou por vídeo, da autorização de entrada pelo morador em sua residência. Conclui que maculada estaria a legalidade do ato, o que torna toda a prova ilícita, de modo que o trancamento do processo é medida que se impõe. Subsidiariamente, alega que o caso não admite manutenção da prisão preventiva, pois ausente qualquer dos fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva, respondendo o paciente ao processo em liberdade até o julgamento final deste. No mérito, seja concedida a ordem, a fim de que seja trancada a persecução penal. Subsidiariamente, requer seja confirmada a liminar, a fim de revogar a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que não foi cabalmente

demonstrada a alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A questão merece ser aprofundada, inclusive em relação aos fundamentos utilizados para justificar a prisão excepcional, pelo órgão colegiado. Extrai-se da decisão impugnada:

Realmente, a natureza, quantidade e diversidade das drogas apreendidas, 39,09g de “crack” e 26,46g de maconha, justifica, por si só, a segregação do paciente da sociedade, pelo excessivo mal que podem causar à saúde pública, atingindo um número incontável de pessoas, podendo levar os usuários das drogas traficadas até a morte, o que bem revela a frieza, indiferença e, conseqüentemente, periculosidade do paciente, de modo a justificar a manutenção de sua custódia, para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente